

# Opinião

EDITORIAL

## Avança a luta contra a hepatite

O combate às hepatites virais teve um considerável avanço nos últimos anos devido ao engajamento cada vez maior dos governos para atingir metas de erradicação ou ao menos o controle da doença. A Organização Mundial da Saúde calcula que 86% dos países que disponibilizam dados à entidade já estabeleceram seus objetivos e que 70% iniciaram seus planos nacionais para ampliar o acesso da população à prevenção, diagnóstico e tratamento da enfermidade.

O desafio não é modesto. O último relatório da OMS, com números de 2015, apontou que 325 milhões de pessoas sofriam de hepatite dos tipos B e C em todo o mundo. As mortes naquele ano somaram 1,34 milhão de pessoas, mias que as registradas por tuberculose ou causadas pelo vírus HIV. A informação sobre a

BRASIL JÁ CAMINHA PARA TENTAR AMPLIAR O ACESSO AO TRATAMENTO DO TIPO C

doença é o primeiro obstáculo a ser enfrentado. Somente um em cada dez doentes sabe que está infectado por um dos tipos de vírus. O outro obstáculo é o acesso ao tratamento. Novos medicamentos antivirais de ação direta possibilitaram a cura da hepatite do tipo C, mas calcula-se que apenas 7% dos doentes conseguiram se tratar. O motivo é o alto custo de remédios como o sofosbuvir, o dactasvir e o simeprevir. Apenas alguns países de baixa renda foram autorizados pelos fabricantes a produzir genéricos dessas drogas e o Brasil não está entre eles. Por conta disso, o SUS negociava preços com os laboratórios e faz compras que atendem apenas aos doentes mais graves.

A boa notícia, anunciada ontem pelo Ministério da Saúde, é que a fila dessas prioridades foi finalmente zerada e que todas as pessoas diagnosticadas com hepatite C terão acesso aos medicamentos em 2018. Segundo o Ministério, os pagamentos serão feitos apenas quando for comprovada a cura. Além disso, os estados vão receber neste ano 12 milhões de testes rápidos de detecção da doença.

Uma prova de que o Brasil se tornou referência no combate às hepatites virais é a realização do congresso mundial sobre a doença, marcado para novembro em São Paulo.



## Futuro incerto da taxa básica de juros

Ontem, dia seguinte ao anúncio do corte de um ponto porcentual na taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom), foi marcado por previsões do mercado acerca de um freio no ritmo de diminuição da Selic, que retornou ao nível de um dígito pela primeira vez desde novembro de 2013. O mercado foi quase unânime ao repetir que, embora o comunicado da direção do Banco Central sugira “inclinação” a cortar mais um ponto porcentual na reunião do Copom de 5 e 6 de setembro, ainda aposta em desaceleração nessa trajetória de corte, dado o cenário de incertezas. Anteontem (26), a Selic recuou para 9,25% ao ano.

## À espera da ata do Copom

“Nós ainda visualizamos um cenário de desaceleração do ritmo de cortes, dada a crescente incerteza sobre as importantes reformas fiscais e institucionais, assim como o estágio do ciclo. Logo, por ora, mantemos nossa projeção de um corte de 0,75 ponto porcentual na próxima reunião (o que já seria um ritmo rápido de flexibilização)”, afirmaram ontem em documento economistas do Itaú Unibanco. “No entanto, podemos revisitar esta expectativa com novos sinais vindos do Copom, especialmente aqueles contidos na próxima ata de política monetária, na próxima terça.”

## Temer garante

A julgar pelas últimas afirmações do presidente Michel Temer (PMDB), não há razão para o receio do mercado, de que o recuo da Selic terá de ser mais lento por causa da morosidade na aprovação das reformas. Ignorando sua baixíssima aprovação – de apenas 5%, a menor de um presidente na redemocratização –, o governo Temer pretende continuar reformando a Constituição no sistema político-eleitoral, tributário e na Previdência, no segundo semestre. Antes, porém, terá de derrubar a denúncia do procurador-geral da República, na votação no plenário da Câmara.

## Menos pudor...

O número de executivos com desvio de conduta sexual praticamente dobrou nos últimos três anos. É o que demonstra a Pesquisa Perfil Comportamental dos Executivos, elaborada pela HSD Consultoria em RH e pela Orchestra Soluções Empresariais. No último levantamento, realizado a partir de processos de avaliações comportamentais com 3.500 profissionais que ocupam cargos de comando em médias e grandes corporações no período de 2014/2017, 7% dos executivos demonstram desvio de conduta que leva ao assédio sexual e moral.

## ...no comportamento de executivos

A pesquisa anterior, de 2013, apontava que 4% de 5 mil avaliações possuíam esse perfil. “Percebemos que há uma visão de impunidade. Por ocupar um cargo importante, o executivo acredita que pode tudo e que não será denunciado. É um reflexo de problemas que a nossa sociedade tem. Muita gente acredita que o poder é um salvo-conduto para fazer o que quiser, e a sociedade, de certa forma, endossa isso”, explica Susana Falchi, vice-presidente da Orchestra Soluções Empresariais.

ARTIGO

## Meta impossível

Com o teto nos gastos, ficou inútil o limite para o resultado primário

Quando o governo conseguiu aprovar a PEC do Teto dos Gastos no final do ano passado, a lógica econômica apontava para a inutilidade da meta de resultado primário. Isso porque, uma vez colocada uma meta para o gasto primário, o ajuste fiscal passaria a ser feito no longo-prazo por intermédio da combinação entre a redução projetada da despesa primária como proporção do PIB e a recuperação gradual das receitas tributárias com a retomada do crescimento econômico. Mas não foi isso o que ocorreu. Contrariando o seu próprio discurso sobre o caráter de longo-prazo do ajuste fiscal, a equipe econômica decidiu manter uma meta de resultado primário para as contas do setor público consolidado, fixando um valor de R\$ 139 bilhões para o ano de 2017.

Uma meta de resultado primário tem o grave inconveniente de depender de uma variável – a receita tributária – que não está sob o controle direto da administração pública. Com efeito, a arrecadação de impostos e contribuições pelas três esferas do setor público depende sobremaneira do nível de atividade econômica.

No caso da União a receita tributária depende criticamente do valor arrecadado do IPI, o qual depende, por sua vez, da evolução da produção industrial. Isso significa que quando a economia entra em recessão e/ou quando a indústria de transformação perde dinamismo com relação ao resto da economia; então não há como evitar uma queda de arrecadação tributária, comprometendo assim a capacidade da administração pública de alcançar a meta pretendida de resultado primário.

O saber convencional reinante entre boa parte dos economistas e formadores de opinião no Brasil diria que caso ocorra uma frustração de receita que impeça a obtenção da meta de resul-

tado primário, o governo deve (sic) “fazer o dever de casa” e “cortar na carne”, ou seja, reduzir as suas despesas. O problema com esse raciocínio é que ele incorre num erro muito comum da “falácia da composição”, ao considerar o comportamento da economia como um todo como uma agregação dos comportamentos individuais.

Com efeito, parte-se do pressuposto que, tal como ocorre em qualquer família que se defronta com uma queda inesperada de receita (por exemplo, porque alguém da família perdeu o emprego), o governo deve adequar suas despesas a nova realidade para evitar um agravamento do seu problema financeiro. Esse raciocínio, válido a nível microeconômico, mostra-se falacioso à nível da economia como um todo, pois quando o governo reduz o seu gasto ocorre uma redução mais do que proporcional do nível agregado de renda; de tal forma que, no final do processo, o governo irá se confrontar como uma nova queda na arrecadação tributária. Trata-se de um expediente similar a um tiro no pé.

O governo está atualmente diante desse dilema. Como a tão esperada retomada do nível de atividade econômica não veio – em grande medida devido à morosidade com a qual o Banco Central está flexibilizando a política monetária – então ocorreu uma frustração de receitas a qual foi estimada em R\$ 34,5 bilhões, segundo o Ministério da Fazenda. A solução proposta pela equipe econômica, além do aumento do imposto sobre a gasolina, é fazer um novo contingenciamento de gastos de R\$ 5,9 bilhões, o qual não só deve dificultar ainda mais a retomada do nível de atividade; como ainda impõe um risco real de paralisação completa da máquina pública por falta de recursos.



JOSÉ LUIS OREIRO

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UNB



joreiro@yahoo.com.br

DCI

Panorama Diário Comercial e Publicidade Ltda.

“É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação”

FSC MISTO Papel FSC® C113259

IVC

ASSOCIADO A ANJ

CENP

CONSELHO EDITORIAL - Alaide Quercia, Duilio Calciolari, Claudia Rei, Raphael Müller e Roberto Lira

DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO: Raphael Müller - raphaelmuller@dcicom.br

REDAÇÃO - DIRETOR: Roberto Lira - roberto.lira@dcicom.br

EDITORA-ABERTURA: Adriane Castilho - adriane.castilho@dcicom.br

EDITORA-FECHAMENTO: Lilianna Lavoratti - liliana@dcicom.br

EDITORES: Anna Lúcia França, Fernanda Bompan, Fernando Miragaya, Jô Pasquatto, Paula Cristina Silva, Vanessa Stecanella e Wagner Gueller

CORRESPONDENTES: BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnor Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni. AGÊNCIAS NOTICIOSAS: Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

DEPARTAMENTO COMERCIAL -

DIRETOR: Martim Novaes - martim.novaes@dcicom.br; GERENTES:

Nacional - Sandro Bertolotti - sandrob@dcicom.br - Publicidade

Legal - Carlos Pontes - carlos.pontes@dcicom.br

Publicidade - Para anunciar:

(11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial,

institucional@dcicom.br/ comercial.legal@dcicom.br

Departamento de assinaturas -

ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA):

Dúvidas, sugestões ou reclamações:

(11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18

horas, email: atendimento@dcicom.br;

Para assinar: São Paulo e Grande São

Paulo - (11) 5095-5335, Demais

localidades - 0800-77-03-324,

assinaturas@dcicom.br

Redação - Telefone (11) 5095 5200, fax

(11) 5095 5308, email: redacao@dcicom.br

Sede São Paulo - Rua Major Quedinho,

90 - 7ª e 8ª andar, Centro, São Paulo,

SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

Sucursal Rio - Avenida Rio Branco, 156,

sala 1616 / Centro, Rio de Janeiro, RJ,

CEP 20040-901, Telefone (21) 3178 4517

Impressão - S.A. O Estado de S. Paulo